

ENSINO-APRENDIZAGEM E ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NAS AULAS NÃO PRESENCIAIS

Anildes Fernandes Graças¹
Joaquim Abel Lopes de Almeida²
Kelen Renata de Oliveira Anciutti³

RESUMO

Ensino-aprendizagem deve ser trabalhado com estratégias adequadas, especialmente no tocante da educação inclusiva e nos tempos mais atuais, no contexto de aulas não presenciais. É sobre esse assunto que o tema deste artigo é desdobrado. O objetivo geral de pesquisa foi: apresentar algumas estratégias para inclusão de uma aluna com Síndrome de Down nas aulas não presenciais do 1º ano do Ensino Médio no Colégio Estadual Frederico Bernardes Rabello, no município de São João d'Aliança, estado de Goiás, Brasil. Os objetivos específicos foram: apresentar estratégias implementadas com uma aluna com Síndrome de Down para o processo de ensino-aprendizagem nas aulas não presenciais; descrever aspectos que mudaram no comportamento da aluna e que implicaram no processo de ensino-aprendizagem; descrever sobre a evolução do desempenho da aluna quanto ao desenvolvimento das atividades propostas ao longo da experiência de trabalho. A metodologia de pesquisa foi de pesquisa-ação participante, onde os pesquisadores desenvolveram junto à aluna algumas ações interventivas mediante estratégias moldadas de acordo com as necessidades detectadas na etapa de diagnose. Os resultados encontrados apontaram que o ensino-aprendizagem ocorreu prazerosamente e efetivamente com uso de estratégias construídas para inclusão da aluna. Os resultados apontam também que o comportamento da aluna sofreu mudanças positivas, como deixar atitudes agressivas. As conclusões tiradas são que o ensino-aprendizagem para inclusão necessita de estratégias norteadoras que consideram, dentre outros aspectos, o perfil de aprendizagem do aluno com SD.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem; Estratégias; Inclusão; Síndrome de Down.

INTRODUÇÃO

Ensino e aprendizagem podem ser tidos como dois conceitos diferentes, mas que se complementam, bem como, podem ser entendidos sob um contexto que atrela os dois processos em um complexo sistema de interações que envolve diversos atores, especialmente professor e aluno. Esse sistema deve ter nele as estratégias e condições necessárias para ser trabalhado na perspectiva de inclusão, valorizando os benefícios de vida em sociedade em um meio preponderante ao desenvolvimento global do ser humano, sendo esse meio o escolar.

¹Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol; Assunção, Paraguai; e-mail: anildes_fernandes@hotmail.com.

²Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol; Assunção, Paraguai; e-mail: abellopesde@gmail.com.

³Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol; Assunção, Paraguai; e-mail: kelenanciutti@hotmail.com.

Este artigo trata-se de um relato de experiência ligado a importância do ensino-aprendizagem com estratégias que objetivam a inclusão dos alunos com Síndrome de Down nas aulas não presenciais. Dentre o conjunto de alternativas escolhidas para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem se tem as aulas não presenciais, tratando-se de um elemento do modelo de ensino remoto, podendo flexibilizar-se com elementos da matriz híbrida. O novo modelo de aulas para educação passou a ser implantado fortemente devido a pandemia da Covid-19, pois uma das medidas de segurança mais exigidas é o isolamento social, principal meio de desaceleração de contágio pelo novo coronavírus.

A sociedade passa por um momento impar para discussão sobre questões inerentes ao processo educacional, especialmente no que tange as políticas educacionais para os públicos historicamente excluídos. A inclusão de alunos da Educação Especial, tornou-se um foco mais evidente no ensino remoto, especialmente no campo de práticas pedagógicas, envolvendo as estratégias de ensino, onde entende-se que os alunos com Síndrome de Down fazem parte da parcela de sujeitos que estão nesse foco e necessitam de valores e ações de inclusão na Educação Básica. Pensando nisso, foi motivada a delimitação temática e interesse pelo tema deste artigo, compreendendo que é necessário discutir sobre a questão de inclusão no modelo de ensino remoto, singularmente, dos alunos com Síndrome de Down nas aulas não presenciais.

Dessa forma, o principal objetivo da pesquisa é apresentar algumas estratégias para inclusão de uma aluna com Síndrome de Down nas aulas não presenciais do 1º ano do Ensino Médio no Colégio Estadual Frederico Bernardes Rabello, no município de São João d'Aliança, estado de Goiás, Brasil. Para um melhor desdobramento do tema e do estudo, foram traçados alguns objetivos específicos, sendo: apresentar estratégias implementadas com uma aluna com Síndrome de Down para o processo de ensino-aprendizagem nas aulas não presenciais; descrever aspectos que mudaram no comportamento da aluna e que implicaram no processo de ensino-aprendizagem; descrever sobre a evolução do desempenho da aluna quanto ao desenvolvimento das atividades propostas ao longo da experiência de trabalho.

METODOLOGIA

Para este relato, foi destacado um estudo cuja metodologia foi de pesquisa-ação prática e teve como objeto o ensino-aprendizagem de uma aluna com Síndrome de Down no contexto de sua realidade nas aulas não presenciais. A pesquisa ocorreu no período da primeira quinzena de abril desse ano (2021).

O estudo foi conduzido em caráter intervencionista, contando com o auxílio de um roteiro de aplicação de etapas junto a aluna e professores das disciplinas que cursa, iniciando-se na abordagem centrada na pessoa (fase de diagnóstico), sem formas diretivas delimitadas, perpassando por ações de aproximação e interação com identificação dos problemas relacionados ao ensino-aprendizagem e possíveis ações a serem implementadas (fase de análise); culminando no trabalho de inserção nas atividades escolares, com registro dos aspectos de desempenho, desenvolvimento e comportamento (implementação de ações); e avaliação dos resultados.

O local de pesquisa foi uma instituição da rede estadual de ensino, o Colégio Estadual Frederico Bernardes Rabello, mais precisamente na extensão Ana Maria de Moura, localizada no município de São João d'Aliança, no interior do estado de Goiás, Brasil, no primeiro semestre do ano de 2021. Quanto ao perfil da aluna: estudante da 1ª série do Ensino Médio, idade de 18 anos, pessoa com Síndrome de Down e parte do público da Educação Especial.

REFERENCIAL TEÓRICO

Síndrome de Down

Caracterizada como um distúrbio genético, a Síndrome de Down (SD) ocorre devido erro de distribuição cromossômica na fase de divisão celular, normalmente resultante na trissomia do cromossomo 21. Alguns fatores podem apresentar relação com a SD, como a idade da mãe, alterações cromossômicas presentes nos pais, incluindo a própria Síndrome de Down. De maneira sumária, a SD pode apresentar quadro clínico com morfologia típica, como macroglossia (língua ampliada), cabeça larga, estatura abaixo do normal, aumento de peso e boca pequena; atrasos de desenvolvimento em diversos campos, como da cognição; condições médicas associadas (COELHO, 2016).

Segundo as Diretrizes de Atenção a Pessoa com Síndrome de Down do Ministério da Saúde, a SD é a cromossomopatia mais comum em humanos, outrossim, é uma das principais causas de deficiência intelectual na população. No Brasil, a cada 600 a 800 nascimentos uma criança nasce com SD. O referido documento ressalta ainda que, com os devidos estímulos e atendimentos, as pessoas com SD possuem potencial de inclusão plena e vida saudável (BRASIL, 2013).

Existe uma pluralidade e importância das alterações clínicas associadas a SD que traz aos sujeitos com Síndrome de Down diferentes condições que devem ser trabalhadas de forma

a proporcionar o desenvolvimento de cada indivíduo, respeitando o potencial individual e particularidades, bem como, favorecer a integração social. São aspectos cruciais relacionados a SD o diagnóstico seguido de intervenções precoces, com tratativas caracterizadas pela perspectiva multidisciplinar, incluindo programas adequados aos aspectos clínicos e expressões particulares que a SD causa em cada pessoa com o distúrbio (COELHO, 2016).

Na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) a SD está inserida na seção de malformações, deformidades e anomalias cromossômicas, na categoria Q-90 de 0 a 9, onde há a seguinte divisão com os subgrupos: “Q 90.0 - Síndrome de Down, trissomia do 21, por não disjunção meiótica Q 90.1 - Síndrome de Down, trissomia do 21, mosaicismo por não disjunção mitótica Q 90.2 - Síndrome de Down, trissomia 21, translocação Q 90.9 - Síndrome de Down, não específica” (BRASIL, 2013, p. 12).

Há uma transição ocorrendo do documento do CID 10 para uma nova redação no CID 11, que a Organização Mundial de Saúde estima levar de 2 a 3 anos, desde seu lançamento, em maio de 2019, com vigor previsto para janeiro de 2022, como explicam Almeida et al. (2020). A nova versão da classificação deve transparecer os avanços sofridos no campo científico e refletidos com a necessidade de repensar e estruturar políticas e ações para que os diversos órgãos e instituições nas variadas áreas incluindo a educação, possam compartilhar de uma mesma linguagem.

Ensino-aprendizagem e inclusão de alunos com Síndrome de Down

Kubo e Botome (2001, p. 1) definem processo de ensino-aprendizagem como um “complexo sistema de interações comportamentais entre professores e alunos”. Os autores ainda remetem a importância de se compreender que mais que dois processos diferentes e independentes da ação humana há dois processos comportamentais, o “ensinar” e o “aprender”, constituídos por diversos componentes de interação. Na seara do ensino-aprendizagem, Paulo Freire contribuiu mais que além de entregar um método de ensino ou técnica para alfabetizar, mas trouxe a concepção de que a pessoa é a “matéria-prima” mais importante no ensinar, pois é dela que parte “o que” ensinar e “como” ensinar. Um dos primeiros aspectos a serem notados no que é ensinar e aprender são as referências respectivas do que o professor faz e o como isso impacta no aluno em decorrência desse “fazer”.

Na contemporaneidade, o processo de ensino-aprendizagem tem sido atrelado ao processo de inclusão na perspectiva de que ambos devem ser direcionados a todos os alunos. Pode parecer que incluir está relativo apenas aos alunos com deficiência ou da Educação

Especial, essa percepção está erroneamente subentendida por muitos sujeitos. Dois aspectos de inclusão devem estar claros na consciência das pessoas para compreensão plena do conceito e do processo na prática: o primeiro é que se deve ter em mente que o aluno com necessidades especiais, ou com deficiência, não deve ser estigmatizado como “o aluno de inclusão”; o segundo aspecto diz respeito a necessidade do apoio especializado previsto na legislação. A existência do segundo não implica no imperativo de estigma dos alunos com necessidades especiais, como se a deficiência ou a presença de necessidades especiais os definissem.

Embora não haja uma normativa específica às pessoas com SD, existe marco legal importantes e algumas normativas fazem parte dele, como o Estatuto das Pessoas com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Outrossim, a própria Constituição Federativa prevê e dispõe sobre a educação para pessoas com deficiência, como pode ser conferido no artigo 208, inciso III: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Em 2020 o Governo Federal instituiu por meio do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, do Ministério da Educação (2008), dentre outras disposições, traz que todas as pessoas estão se modificando continuamente, transformando a realidade a sua volta, recaindo sobre um dinamismo que impeli a atuação pedagógica adequada para alterar situações de exclusão. Veja no trecho abaixo:

Os estudos mais recentes no campo da educação especial enfatizam que as definições e uso de classificações devem ser contextualizados, não se esgotando na mera especificação ou categorização atribuída a um quadro de deficiência, transtorno, distúrbio, síndrome ou aptidão. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a promoção da aprendizagem de todos os estudantes (BRASIL, 2008, p. 11).

Tudo isso pode levar a reflexões sobre psicogênese em Piaget, que os limites “constituem uma realidade do presente e não um fechamento definitivo e que mesmo esses limites atuais só o são do ponto de vista psicogenético, pois a perspectiva sociogenética abre possibilidades de geração para geração”. Inclusão diz respeito a consideração das experiências, ideias já concebidas dos alunos, Piaget se referiu a elas como estruturas já formadas, em que os

conceitos tipicamente escolares devem se apoiar nelas para que ocorra a consolidação e ampliação dos saberes, portanto, a psicogênese completa a sociogênese (GIUSTA, 2013, p. 31).

É importante conhecer aspectos inerentes a Síndrome de Down e as pessoas que tem a deficiência. Um desses aspectos está diretamente relacionado ao princípio de que a pessoa sempre deve vir em primeiro lugar e a deficiência não deve ser o que a caracteriza, assim, se trabalha continuamente a perspectiva de inclusão, tendo em mente e agindo com a consciência que houve evolução e avanços na história e legislativas. A SD não é tida como uma doença, do mesmo modo, não deve ser tida como alvo de preconceitos, consequência gerada principalmente pelo desconhecimento das pessoas de uma forma geral “a respeito das necessidades, características, limitações e principalmente do afeto, carinho e cuidado que oferecem as pessoas”, como refletem Leite e Lima (2020, p. 114).

Estratégias para inclusão de alunos com Síndrome de Down nas aulas não presenciais

Em função das medidas de segurança devido a pandemia de Covid-19, e em virtude da desaceleração e prevenção à contaminação pelo novo coronavírus, alternativas foram forjadas para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica. O ensino passou a ser disponibilizado por meio de conteúdos viabilizados de forma *online*, configurando a modalidade denominada como remota com “aulas gravadas pela televisão organizadas pela escola de acordo com o planejamento de aulas e conteúdos ou via plataformas digitais de organização de conteúdos”, como destacam Barreto e Rocha (2020). No entanto, muitas dúvidas e desafios pairaram sobre os atores do processo escolar, dentre eles professores e alunos, a gestão se viu frente a uma realidade nova e questionamentos como “o que fazer para promover o ensino-aprendizagem na pandemia com qualidade e equidade?”.

Diante do exposto, ressalta-se que diversas instituições de ensino já utilizavam ferramentas tecnológicas de comunicação, como plataformas de ensino virtual como meio complementar na Educação Básica, mas os novos contornos ara educação empurrou o processo escolar como um todo para uso dessas ferramentas, as mídias sociais, por exemplo, passaram a ser partes integrantes do processo de ensino-aprendizagem, no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos e desempenho, ou seja, de complementares, ou mecanismos que integram as aulas presenciais, as ferramentas tecnológicas deslocaram-se para um caráter integral na educação (SILVA; SILVA, 2020).

A democratização do ensino há muito se mostra uma preocupação, e nas novas configurações da realidade da educação ganhou ainda mais ênfase. Diversos fatores permeiam

a oferta democrática do ensino e, mesmo com a expansão do acesso à internet nos anos 90 e “a inauguração do novo período democrático no Brasil, que refletiu em uma nova conformação da educação, em 1990”, como destaca Rosa; Lopes e Carbello (2015, p. 162), a sociedade brasileira chegou até aqui com diversos entraves no acesso ao saber e à escola. Os novos desafios impostos pela pandemia do novo coronavírus trouxe foco para determinados entraves, como o acesso à internet, a dispositivos adequados para acompanhar o ensino remoto.

As aulas não presenciais são elementos do ensino remoto é alternativas escolhidas para manter a rotina de sala de aula. Isso implica em continuar traçando e executando planejamentos, mas de forma adaptada ou inovada para atender o novo modo de aplicar o ensino-aprendizagem aos alunos e também de acompanhar esse processo. A gestão continua atuando como orquestradora do processo escolar, o professor planeja suas aulas e constrói suas estratégias de ensino, o aluno tem a responsabilidade de acompanhar suas aulas.

No que tange as estratégias nas aulas não presenciais, norteadoras para inclusão de alunos com Síndrome de Down, podem ser consideradas algumas como inspiração para os professores trabalharem. Antes de mais nada, é muito interessante ressaltar que conhecer a Síndrome Down, as características do distúrbio, o perfil de aprendizado do aluno com a SD é preponderante para o pensar e construir estratégias, como Almeida (2008) já destacara sobre o que Sandy Aton da *Down's Syndrome Association* avultou sobre a aprendizagem dos alunos com SD. À luz disso, algumas sugestões de estratégias podem servir de inspiração para as aulas não presenciais, acompanhe:

- A adaptação do currículo: não significa diferenciar os conteúdos trabalhados com os alunos com Síndrome de Down dos demais alunos, mas adequar determinados elementos às necessidades específicas daqueles com SD, como as formas de avaliação e abordagem;
- Assistência concreta e com elementos visuais: uma característica inerente a aprendizagem da pessoa com Síndrome de Down é a sensibilidade a estímulo visual e materiais de natureza concreta, sendo boas opções para os trabalhos do professor em suas aulas não presenciais. Estimular os alunos a utilizarem materiais que tenham em casa ou no ambiente no qual estão acompanhando as aulas não presenciais;
- Trabalhar os conteúdos em etapas: Para os alunos com SD, a repetição pode ser significativa para a aprendizagem, portanto, trabalhar em etapas os conteúdos ou de forma fragmentada pode ser uma boa estratégia;

- Linguagem com clareza: um dos recursos mais preponderantes do professor é com certeza a linguagem e pode ser trabalhada em quaisquer ambientes, especialmente no virtual. Para tanto, o professor deve se ater também à linguagem digital, muito vigente no atual cenário da educação. Os termos, os gestos, todo tipo de linguagem utilizada pelo professor, seja no campo formal ou informal deve estar munido de clareza, preferindo termos mais simples e contextos mais completos e didáticos, com vistas ao entendimento do aluno com Síndrome de Down;
- Raciocínio: estrategicamente, o professor deve valorizar os progressos de seu aluno com Síndrome de Down pelo concreto, e trabalhar muito com ele, mas também trabalhar o abstrato e o raciocínio lógico;
- Repetitividade: Como já mencionado acima, repetição pode ser um elemento significativo para os alunos com Síndrome de Down. Não é basear o ensino apenas na repetição, mas trabalhar os conteúdos no contexto da vida dos alunos, porém, repetir bastante, pois para aprender o aluno precisa memorizar, trabalhar e aplicar o que foi memorizado, é necessária muita prática;

O progresso dos alunos com SD depende do pensar nesses alunos como indivíduos com capacidades e habilidades a serem trabalhadas e desenvolvidas. Todo sujeito aprende, mas todo sujeito tem suas particularidades nesse campo. As estratégias devem ser fundamentadas nesse princípio. O ensino-aprendizagem precisa ser trabalhado de acordo com a etapa de ensino e nível de aprendizagem dos alunos, considerando ainda as ferramentas que possibilitam o ensino remoto. A alfabetização, por exemplo, trabalhada no Ensino Infantil e nos primeiros ciclos do Ensino Fundamental é um dos processos delicados e fundamentais, para ela são necessárias estratégias que consideram as características das crianças com SD e a alfabetização como um processo gradativo, sendo decisiva na constituição do ser humano, como explica Colello (2021).

Estudantes com SD podem apresentar déficits de linguagem, o que implica em pensar quais estratégias podem transpor esses déficits, como explicam Freitas e Vilela (2021). Trabalhar palavras inteiras com o método global pode ser mais favorável e vantajoso para aprendizagem, utilizando recursos que valorizam a memória visual. As letras e sons também devem ser trabalhados, mas em um passo mais à frente.

Os estudantes com SD ainda podem apresentar dificuldades que algumas características físicas impõem, por exemplo, dificuldades na coordenação motora fina, implicando na necessidade de se pensar apoiares e materiais que favoreçam e facilite a escrita para esses alunos, como lápis mais grossos e adaptadores para apoiar o dedo. Outras estratégias podem surgir, serem pensadas e construídas de acordo com a realidade da sala de aula, dos alunos com

SD e possibilidades dentro da realidade escolar, sempre considerando as particularidades, características e singularidades de cada aluno.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na pesquisa-ação realizada nas aulas não presenciais, a experiência de trabalho foi com uma aluna do 1º ano do Ensino Médio no Colégio Estadual Frederico Bernardes Rabelo, extensão Ana Maria de Moura. A princípio, a aluna com Síndrome de Down apresentava algumas limitações devido o distúrbio, com característica comportamental de agitação, dificuldades de adaptação às regras escolares, não participação nas atividades propostas nas aulas, especialmente junto aos colegas, ou seja, dificuldades no desenvolvimento de atividades coletivas, apresentando comportamento agressivo.

Os pesquisadores foram recebidos com desconfiança pela aluna, que também buscava chamar atenção com seu comportamento, direcionando esforço a tudo que fazia em virtude dessa atenção. Com o tempo de pesquisa, estudou-se as nuances do comportamento da aluna e foi sendo estabelecida confiança, ao passo que foi possível iniciar o trabalho de inserção nas atividades escolares, contando com auxílio dos professores. A experiência vivida parece mesmo refletir o que Coelho (2016) destaca que a Síndrome de Down confere diferentes condições nos sujeitos que devem ser trabalhadas de forma a proporcionar o desenvolvimento de cada indivíduo, respeitando o potencial individual e particularidades.

Primeiramente, sobre as atividades lidas foram repassadas as regras e instruções, buscando sua atenção principalmente para as atividades a serem desenvolvidas com os colegas. Em menos de uma semana de trabalho com a aluna, foram reveladas mudanças no comportamento em sala, com notório prazer no desenvolvimento das atividades propostas. A aluna passou a demonstrar confiança na apresentação de trabalhos e ao fazer leituras, sempre respeitando modo particular com que fazia essas coisas.

Um momento de muita alegria na experiência, foi a aplicação da atividade de construção de um livro literário. À aluna foram passadas as orientações de colorir e construir a história, utilizando uma história já pronta como base para ser trabalhada, de forma ainda que pudesse seguir assimilando. Ao final da atividade a aluna demonstrou com muita alegria sua produção e apresentou muita segurança em compartilhar esse momento com os professores e pesquisadores, foi muito gratificante.

O ser humano não é terminado nas condições que nasce, tampouco, pela ventura de deficiências e necessidades especiais, mas precisa imprescindivelmente ser inserido no meio

social, construir relações, é a complementaridade psicogenética e sociogenética que Giusta (2013) destacara do trabalho de Piaget.

Aqui recobra-se o que Leite e Lima (2020, p. 114) avultam “a respeito das necessidades, características, limitações e principalmente do afeto, carinho e cuidado que oferecem as pessoas”, fazendo da experiência gratificante em saber que você é capaz de ajudar e incentivar uma aluna que necessita de apoio, carinho, incentivo para se sentir igual aos demais colegas. O trabalho também envolve a conscientização de todos que interagem com aluna, pois todos precisam estarem cientes de como é importante a interação deles com ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivida com a aluna com SD leva a compreensão de que pessoas com distúrbio, especialmente no ambiente escolar virtual, apresenta não um perfil de atraso de desenvolvimento, mas perfil de aprendizagem específico e deve ser trabalhado dentro do espectro dos limites e peculiaridades que cerceiam cada aluno com SD. A adaptabilidade dos recursos, escolha desses recursos, espaços, formas de aplicar os conteúdos, dentre outros aspectos devem ser pensados e incluídos nas estratégias de ensino, sendo as estratégias norteadoras no processo de ensino-aprendizagem.

Na prática, além de gratificante e muito emocionante, viver a realidade do trabalho docente com uma aluna com SD enriqueceu nós pesquisadores como pessoas e profissionais, foi muito importante para despertar em maior grau a sensibilidade com esses alunos, corroborando achados literários que trazem essa nuance, da afetividade como um dos mecanismos de aproximação.

Deixamos como sugestão para pesquisas futuras, trabalhar a investigação dentro do espectro do apoio especializado e na etapa de Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental anos iniciais, a fim de estudar sobre o processo de ensino-aprendizagem de crianças com SD.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às nossas famílias pelo apoio, a Deus pela benção de poder estudar, pesquisar e atuar no campo que tanto amamos e o dom da vida. Agradecemos aos nossos professores e profissionais que nos tem apoiado em cada passo e decisão, aconselhando e orientado nossos caminhos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. **Incluindo alunos com Síndrome de Down na escola**. Instituto Inclusão Brasil. 2008. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/incluindo-alunos-com-sindrome-de-down-na-escola/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

ALMEIDA, M. S. C.; FILHO, L. F. S.; RABELLO, P. M.; SANTIAGO, B. M. Classificação Internacional das Doenças-11ª revisão: da concepção à implementação. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 104, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rsp/2020.v54/104/pt>. Acesso em: 02 jul. 2021.

BARRETO, A. C. F.; ROCHA, D. S. Covid 19 e educação: resistências, desafios e (im) possibilidades. **Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 01-11, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8480>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down**. 1. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_sindrome_down.pdf. Acesso em: 02 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Atos do Poder Executivo. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição Federal de 1988**. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 03 jul. 2021.

COELHO, C. A síndrome de Down. **Psicologia. PT – Portal dos Psicólogos**, p. 1-14, 2016. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0963.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2021.

COLELLO, S. M. G. **Alfabetização: O quê, por quê e como.** São Paulo: Summus Editorial, 2021. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=VcAfEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT169&dq=alfabetiza%C3%A7%C3%A3o&ots=ENUZV_d4a6&sig=s3jInp7fKMdQKlSeyF4L8b3spjE#v=onepage&q=alfabetiza%C3%A7%C3%A3o&f=false. Acesso em: 05 jul. 2021.

FREITAS, M. C. M. A.; VILELA, E. C. E. **O processo de ensino e aprendizagem de crianças com Síndrome de Down nos anos iniciais do ensino fundamental.** 2021. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/18160/1/TC2%20Estefany.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

GIUSTA, A. S. Concepções de aprendizagem e práticas pedagógicas. **Educação em Revista**, v. 29, n. 1, p. 20-36, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/y9JvZV8HZRFN3XtvJ8vf9Rk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 jul. 2021.

KUBO, O. M.; BOTOMÉ, S. P. Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais. **Interação em Psicologia**, v. 5, n. 1, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/pc/Downloads/3321-6469-1-PB.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2021.

LEITE, L. C.; LIMA, E. R. A necessidade da inclusão social e do respeito aos direitos fundamentais de pessoas com síndrome de down. **JURIS-Revista da Faculdade de Direito**, v. 30, n. 1, p. 113-138, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/juris/article/view/11934>. Acesso em: 04 jul. 2021.

ROSA, C.; LOPES, N. F. M.; CARBELLO, S. R. C. Expansão, democratização e a qualidade da educação básica no Brasil. **Póiesis Pedagógica**, v. 13, n. 1, p. 162-179, 2015. Disponível em: revistas.ufg.br. Acesso em: 05 jul. 2021.

SILVA, M. J. S.; RANIELE M. S. **Educação e ensino remoto em tempos de pandemia: desafios e desencontros.** CONEDU, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2020/ebook3/TRABALHO_EV140_MD7_SA100_ID1564_06092020174025.pdf. Acesso em: 04 jul. 2021.